Manuel de Arriaga—Joaquim Pereira Pimenta de Castro—Pedro Gomes Teixeira—Guilherme Alves Moreira—Herculano Jorge Galhardo—José Joaquim Xavier de Brito—José Jerónimo Rodrigues Monteiro—José Nunes da Ponte—Teófilo José Trindade—Manuel Goulart de Medeiros.

Direcção Geral das Alfândegas

DECRETO N.º 1:349

Atendendo às representações que foram presentes ao Governo pelas classes interessadas, à conveniência de assegurar o abastecimento no país de matérias primas para a indústria nacional e ao resultado dos inquéritos a que se procedeu pela 1.ª e 2.ª Circunscricções dos Serviços Técnicos da Indústria no mês de Dezembro último para a averiguação da existência de lãs no mercado interno: hei por bem, sob proposta do Ministro das Finanças, mediante parecer do Conselho de Ministros, e usando da faculdade conferida ao Governo pela lei n.º 275, de 8 de Agosto de 1914, decretar o seguinte:

Artigo 1.º É proibida a exportação de lã em rama, de lã cardada, penteada, em fio ou em desperdícios, e de lã de trapo.

Art. 2.º O presente decreto entra em vigor desde a data da sua publicação.

O Presidente do Ministério e es Ministros de todas as Repartições assim o tenham entendido e façam executar, Dado nos Paços do Governo da República em 20, e publicado em 23 de Fevereiro de 1915.—*Manuel de Arriaga—Joaquim Pereira Pimenta de Castro—Pedro Gomes Teixeira—Guilherme Alves Moreira—Herculano Jorge Galhardo—José Joaquim Xavier de Brito—José Jerónimo Rodrigues Monteiro—José Nunes da Ponte—Teófilo José da Trindade—Manuel Goulart de Medeiros.*

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Direcção Geral dos Negócios Comerciais e Consulares

1.ª Repartição

Por acôrdo realizado entre o Governo da República Portuguesa e o Governo Dinamarquês ficou estabelecido que, d'ora-avante, nas amostras de objectos sujeitos a direitos, trazidas por caixeiros viajantes dinamarqueses e submetidas a despacho em Portugal, sob regime de importação temporária, quando estejam revestidas de selos, estampilhas ou marcas apostas pelas alfândegas dinamarquesas, é dispensada a aplicação de novos selos ou marcas das alfândegas portuguesas, salvo no caso em que aqueles selos ou marcas se achem obliterados, ou não sejam julgados suficientes para a identificação das amostras no acto da sua reexportação.

Igual procedimento será usado pelas alfândegas dinamarquesas em relação às amostras que acompanharem os caixeiros viajantes portugueses.

O que se publica para os efeitos do decreto n.º 253, de 13 de Dezembro de 1913.

Direcção Geral dos Negócios Comerciais e Consulares, em 19 de Fevereiro de 1915.—O Director Geral, *A. F. Rodrigues Lima.*

MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS

Secretaria Geral

DECRETO N.º 1:350

Usando da faculdade que me confere o n.º 3.º do artigo 47.º da Constituição Política da República Portuguesa, sob proposta do Ministro das Colónias, e nos termos do artigo 55.º do decreto com força de lei de 27 de Maio de 1911, que reorganizou os serviços da Secretaria

das Colónias: hei por bem decretar que, sem acréscimo da despesa actualmente consignada na respectiva tabela, se observe o seguinte:

Artigo 1.º A 3.ª Repartição da Direcção Geral das Colónias divide-se em quatro secções:

A 1.ª secção trata de obras públicas, estradas e vias fluviais.

A 2.ª secção, dos correios e telégrafos.

A 3.ª secção, de agrimensura, concessões de terrenos, minas, pesos e medidas, comércio e indústria.

A 4.ª secção, de agronomia e silvicultura.

Art. 2.º A cada uma das secções a que se refere o artigo anterior compete, além do expediente sobre os serviços que o mesmo artigo designa, o expediente relativo à admissão, nomeação, distribuição, promoção, transferências, licenças, suspensão, exoneração, reforma ou aposentação de todo o pessoal que, nas colónias, desempenha aqueles serviços.

Art. 3.º Serão dirigidas por engenheiros do quadro do Ministério a 1.ª e 3.ª secções, pelo agrónomo, em serviço na Direcção Geral, a 4.ª secção, e por um primeiro ou segundo oficial a 2.ª secção.

Art. 4.º O chefe da 3.ª Repartição da Direcção Geral das Colónias será substituído nas suas faltas ou impedimentos pelo engenheiro do quadro do Ministério das Colónias, que conte mais tempo de serviço na Repartição.

Na falta dos engenheiros será o chefe da Repartição substituído pelo agrónomo chefe da 4.ª secção, e, quando este não se ache em serviço, pelo chefe da 2.ª secção.

Art. 5.º Os condutores substituirão os engenheiros nas suas faltas ou impedimentos, como chefes da 1.ª e 3.ª secções.

Art. 6.º Na falta ou impedimento do primeiro ou segundo oficial do quadro do Ministério, que exerça as funções de chefe da 2.ª secção, será este substituído pelo funcionário postal, telegráfico ou telégrafo-postal das Colónias, em serviço na Repartição, que fôr designado pelo Ministro, precedendo proposta do Director Geral.

Art. 7.º Para a substituição do chefe da 4.ª secção, na sua falta ou impedimento, será designado pelo Ministro, precedendo proposta do director geral, um agrónomo que pertença ou tenha pertencido a qualquer dos quadros dos serviços agrícolas coloniais, ou um professor da secção colonial do Instituto Superior de Agronomia.

O Ministro das Colónias assim o tenha entendido e faça executar. Dado nos Paços do Governo da República, e publicado em 23 de Fevereiro de 1915.—*Manuel de Arriaga—Teófilo José da Trindade.*

Direcção Geral das Colónias

3.ª Repartição

2.ª Secção

PORTARIA N.º 312

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro das Colónias, nos termos do artigo 2.º do decreto de 24 de Dezembro de 1901, que sejam isentas de pagamento da franquia postal as correspondências que forem expedidas para o continente da República, ilhas adjacentes e colónias portuguesas, pelos oficiais, praças de pré, e indivíduos da classe civil que constituem as expedições militares às províncias de Angola e Moçambique, devendo as mesmas correspondências, para gozarem a referida isenção, ser marcadas conforme a procedência, com um carimbo especial tendo a legenda: «Expedição Militar a Angola—Serviço Postal» ou a legenda: «Expedição Militar a Moçambique—Serviço Postal».

Dada nos Paços do Governo da República, e publicada em 23 de Fevereiro de 1915.—O Ministro das Colónias, *Teófilo José da Trindade.*